



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES TRF2 0366698

### 01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Os serviços continuados de vigilância, segurança patrimonial e auxílio à segurança eletrônica nas instalações e áreas afins do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2 e Centro Cultural Justiça Federal - CJF são prestados conforme cláusulas do contrato 22/2020, processo TRF2-EOF-2019/00441, que se encerra em 30/05/2025, não sendo permitido novos aditamentos, já que o prazo contratual de 60 (sessenta) meses será atingido.

Com a piora, nos últimos anos, dos índices sociais no país, dentre eles o avanço da criminalidade, não basta que a segurança seja apoiada apenas por dispositivos como rádios, celulares, alarmes ou CFTV. A área técnica detecta também a necessidade de segurança patrimonial armada, com a disponibilização de armas de fogo e coletes balísticos, dentro das prerrogativas estabelecidas pela legislação, ressaltando-se que o número de APJs ativos e atuando na atividade fim não é suficiente para cobrir os postos previstos no planejamento da segurança nos prédios do TRF2 e CCJF.

Adiante estão alguns pontos que justificam a contratação de serviços de vigilância patrimonial:

- Proteção de ativos: garantir a segurança de bens materiais, equipamentos, instalações e outras propriedades da organização;
- Mitigação de roubos e furtos: Reduzir o risco de atividades criminosas, como roubos, furtos e vandalismo, que poderiam causar danos financeiros significativos;
- Segurança de pessoas: proteger Magistrados, Servidores e visitantes contra ameaças à segurança pessoal, proporcionando um ambiente seguro;
- Monitoramento de acessos: controlar o acesso a áreas restritas, evitando a entrada não autorizada e mantendo a integridade das operações internas;
- Resposta a Emergências: estar preparado para lidar com situações de emergência, como incêndios, desastres naturais ou eventos inesperados, garantindo a evacuação segura e a minimização de danos;
- Cumprimento de Normas e Regulamentações: atender aos requisitos legais e regulamentares que exigem medidas de segurança específicas para o TRF2;
- Reputação da Organização: preservar a imagem e a reputação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ao demonstrar responsabilidade e cuidado com a segurança de seus ativos;
- Redução de Custos a longo prazo: prevenir perdas financeiras devido a danos, roubos ou responsabilidades legais, o que pode resultar em economias a longo prazo;
- Gerenciamento de riscos: identificar e mitigar riscos potenciais por meio de uma presença de segurança visível e proativa;

- Ambiente de trabalho produtivo: criar um ambiente de trabalho seguro e protegido que promova a produtividade e o bem-estar de todos os usuários do TRF da 2ª Região.

A atuação da vigilância patrimonial privada, em auxílio à segurança orgânica do Tribunal, objetiva prevenir, controlar e combater irregularidades; zelar pela segurança dos servidores e colaboradores das instituições, bem como dos visitantes; recepcionar e controlar a movimentação de pessoas, objetos e veículos nas dependências, em áreas de acesso livre e restrito; implementar rondas internas e externas, segurança reforçada e vigilância dos estacionamentos externos; fazer triagem eletrônica, por meio de equipamentos operados pelos profissionais contratados, com o fim de evitar a entrada de armas ou objetos nocivos à segurança das pessoas; fazer cumprir leis e regulamentos de acesso e circulação.

Nesse contexto, as referidas atividades são essenciais para o desenvolvimento das missões institucionais do TRF2, na medida em que dão suporte e segurança para um ambiente de trabalho organizado, dinâmico e contribuem para realizar com maior eficácia os trabalhos do Tribunal. Além disso, a demanda é contínua e sua eventual indisponibilidade implicaria em aumento imediato dos riscos às instalações, ao patrimônio e à integridade física das pessoas.

Importante destacar que a contratação do serviço de vigilância terceirizada não se confunde com as competências dos Policiais Judiciais deste Tribunal. Destaca-se que as atribuições dos servidores ligados à área de segurança encontram-se detalhadas na Resolução nº 344/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da Polícia Judicial.

## **02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

O objeto da contratação não possui ID no Plano de Contratações Anual 2024, pois se trata da continuidade dos serviços de vigilância, segurança patrimonial e auxílio à segurança eletrônica nas instalações e áreas afins do TRF-2 e CCJF, com locação de mão de obra. A contratação está alinhada ao macrodesafio "Fortalecimento da segurança e proteção institucional", tendo como objetivo estratégico o aprimoramento da gestão da Segurança Institucional.

## **03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Menciona-se, abaixo, os aspectos considerados mais relevantes relativos aos serviços contratados:

### **3.1 - SUSTENTABILIDADE**

De acordo com Juarez Freitas:

O princípio da sustentabilidade trata-se do princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.

18 FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: Direito no Futuro. São Paulo: Fórum, 2011. p. 41.

**3.1.1** - A vigilância patrimonial é uma atividade meio da administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços, com base legal na lei 14.133/21, em seu artigo 144. Para tanto, os dirigentes e a equipe que prestarão o serviço deverão ser instruídos sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos.

Caberá à Contratada observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;
- b) contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
- c) contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
- d) promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho;
- e) manter o equilíbrio entre homens e mulheres, além de observar o preenchimento de 20 % das vagas com trabalhadores afrodescendentes nos termos da lei 12.990/2014;

- f) promover, nos três primeiros meses de contrato, curso sobre as práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão, acerca de: normas de segurança do trabalho; redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais; gestão dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço; demais assuntos pertinentes, a serem definidos pela Contratante;
- g) repetir o curso citado na alínea anterior toda vez que 25% do efetivo presente nas dependências da Contratante for constituído de trabalhadores novos, seja por substituição, seja por aumento no quantitativo;
- h) proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, se houver, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022;
- i) na aquisição de vestuário devem ser utilizados, preferencialmente, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico. A escolha deverá levar em consideração o tipo do produto, a sua finalidade e o custo-benefício da aquisição, devendo ser justificada nos autos.

### 3.2 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

Certificado de Segurança, em nome da licitante, emitido pelo Delegado Regional Executivo – DREX da respectiva unidade da federação, nos termos da Portaria DPF n.º 3.233/12, alterada pelas Portarias DPF n.ºs 3.258/13 e 3.559/13.

Para qualificação técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma a ser determinada no Termo de Referência.

O conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido, que consiste no fornecimento de postos de serviços de vigilância armada a desarmada e de supervisão para atuarem nos prédios do TRF2 e CCJF.

### 3.3 - FORNECIMENTO DE ARMAMENTO LETAL

Durante a vigência da contratação haverá a necessidade do fornecimento de armamento letal (armas de fogo) e acessórios de segurança (colete balístico e cofre de segurança) para uso dos ocupantes dos postos de serviço.

## 04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

### 4.1 - DISTRIBUIÇÃO DE VIGILANTES NOS PRÉDIOS DO TRF - RUA ACRE

PRÉDIO TRF2 - RUA ACRE			
PAVIMENTO	POSTOS DA ESCALA 5X2 (10 ÀS 20H)	POSTOS DA ESCALA 12X36 (07 ÀS 19H)	POSTOS DA ESCALA 12X36 (19 ÀS 07H)
22º andar	1	-----	-----
21º andar	1	-----	-----
20º andar	1	-----	-----
19º andar	1	-----	-----
18º andar	1	-----	-----
17º andar	1	-----	-----
16º andar	1	-----	-----
15º andar	1	-----	-----
14º andar	1	-----	-----
13º andar	1	-----	-----
12º andar	1	-----	-----
11º andar	1	-----	-----
10º andar	1	-----	-----
9º andar	1	-----	-----
8º andar	1	-----	-----
7º andar	1	-----	-----
6º andar	1	-----	-----
5º andar	1	-----	-----
4º andar	1	-----	-----

3º andar	1	-----	-----
2º andar	-----	-----	-----
G2	-----	1	-----
G1	-----	1	-----
TÉRREO	<b>5 Vigilantes assim distribuídos:</b> 2 Vigilantes no scanner.  1 Vigilante no prédio anexo  2 Vigilantes no hall principal	<b>6 vigilantes assim distribuídos:</b> 2 Vigilantes no portão de garagem. 2 Vigilantes no setor de estacionamento externo. 2 Vigilantes em apoio ao hall principal e revezamento dos postos.	<b>5 vigilantes assim distribuídos:</b> 2 Vigilantes no portão de garagem. 3 Vigilantes em apoio ao hall principal e revezamento dos postos.
<b>CHEFES DE TURMA</b>	1	1	1
<b>TOTAL DE VIGILANTES</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>12</b>

## 4.2 - DISTRIBUIÇÃO DE VIGILANTES NOS PRÉDIOS DO TRF - RUA VISCONDE DE INHAÚMA

<b>PRÉDIO TRF2 - VISCONDE DE INHAÚMA</b>			
PAVIMENTO	ESCALA 5X2 (10 ÀS 20H)	ESCALA 12X36 (07 ÀS 19H)	ESCALA 12X36 (19 ÀS 07H)
TÉRREO	-----	2	2
<b>TOTAL DE VIGILANTES</b>	-----	<b>4</b>	<b>4</b>

## 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DE VIGILANTES NO PRÉDIO DO CCJF

<b>PRÉDIO CCJF - AVENIDA RIO BRANCO</b>				
PAVIMENTO	POSTOS DA ESCALA 12X36 (08 ÀS 20H)	POSTOS DA ESCALA 12X36 (20 ÀS 08H)	POSTOS DA ESCALA 12X36 (10 ÀS 22H)	POSTOS DA ESCALA 5X2 (07 ÀS 17H)
GUARITA 1	1	1	-----	-----
GUARITA 2	1	1		
ACESSO À ÁREA DE SERVIÇO SUBSOLO	-----	-----	-----	-----
ACESSO PRINCIPAL	-----	-----	1	-----
ACESSO INTERNO À ESCADA PRINCIPAL	-----	-----	1	-----
ACESSO AOS ELEVADORES, À SLA DE MONITORAMENTO E À JUSTIÇA FEDERAL	-----	-----	1	-----
1º ANDAR - ESCADARIA PRINCIPAL, ESCADA INTERNA COPA/COZINHA E HALL DE ELEVADOR	1	-----	-----	-----
1º ANDAR - SALA DE SESSÕES E SALA MARIANNE (VIP)	-----	-----	1	-----
2º ANDAR - BIBLIOTECA, SALA	1	-----	-----	-----

DE LEITURA, EMARF, SALA DE CURSOS E HALL DE ELEVADORES				
3° ANDAR: RECEPÇÃO, HALL DOS ELEVADORES, SALAS DO DIRETOR-GERAL, DIRETOR EXECUTIVO, SETORES DE ADMINISTRAÇÃO E DE PRODUÇÃO CULTURAL	1	-----	-----	-----
SALA DE MONITORAMENTO	1	----- -	-----	-----
SALA DE SEGURANÇA: FIXO ENCARREGADO	-----	-----	-----	1
MÓVEL: CHEFE DE EQUIPE	-----	1	1	-----
1° ANDAR: SALA DE EXPOSIÇÕES A1, B1, C1, D1 E E1	-----	----- -	1	-----
1° ANDAR: SALA DE EXPOSIÇÃO (GABINETE DE FOTOGRAFIA), FOYER E SALA MARIANNE (VIP)	-----	----- -	1	-----
<b>TOTAL DE VIGILANTES</b>	12	6	14	1

4.4 - A demanda de postos de trabalho por cada unidade do Tribunal e CCJF resultou em:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO
<b>01</b>	Vigilante 12X36 das 07h00 às 19h00 no TRF	16
<b>02</b>	Vigilante 12X36 das 7h00 às 19h00 no TRF (Chefe de Turma)	02
<b>03</b>	Vigilante 5X2 das 10h00 às 20h00 no TRF	25
<b>04</b>	Vigilante 5X2 das 10h00 às 20h00 no TRF (Chefe de Turma)	1
<b>05</b>	Vigilante 12X36 das 19h00 às 07h00 no TRF	10
<b>06</b>	Vigilante 12X36 das 19h00 às 07h00 no TRF (Chefe de Turma)	02

<b>07</b>	Vigilante 12X36 das 07h00 às 19h00 na rua Visconde de Inhaúma	04
<b>08</b>	Vigilante 12X36 das 19h00 às 07h00 na rua Visconde de Inhaúma	04
<b>09</b>	Vigilante 12X36 das 08h00 às 20h00 no CCJF	12
<b>10</b>	Vigilante 12X36 das 20h00 às 08h00 no CCJF	04
<b>11</b>	Vigilante 12X36 das 20h00 às 08h00 no CCJF (Chefe de Turma)	02
<b>12</b>	Vigilante 12X36 das 10h00 às 22h00 no CCJF	12
<b>13</b>	Vigilante 12X36 das 10:00h às 22:00h no CCJF (Chefe de Turma)	02
<b>14</b>	Vigilante 5X2 das 07h00 às 17h00 no CCJF (Chefe de Turma)	01
<b>EFETIVO TOTAL</b>		<b>97</b>

#### **05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

A solução de mercado que atende à necessidade da Administração é a proposta neste estudo, tendo em vista que o objeto da contratação é usualmente terceirizado nos órgãos da Administração Pública para atender o interesse público com economicidade e efetividade.

#### **06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado para o período de 2 anos é de R\$ 9.001.005,60 (nove milhões, mil e cinco reais e sessenta centavos).

#### **07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

7.1 - Consiste na contratação de serviços continuados de vigilância, segurança patrimonial e auxílio à segurança eletrônica nas instalações e áreas afins do TRF-2 e CCJF, com locação de mão de obra.

7.2 - A contratação, no que tange o objeto que se pretende contratar, é essencial, com vistas a assegurar, de forma ininterrupta, a integridade física das pessoas que desempenham atividades nos prédios, tais como: autoridades, servidoras(es), prestadores(as) de serviços terceirizados, bem como dos demais usuários(as) que circulam pelas dependências do contratante, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição, a qualquer hora, no ambiente de trabalho.

7.3 - Os serviços a serem contratados são de natureza contínua em conformidade com entendimento constante no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União: "Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc." Além da perenidade dos serviços, caracterizam-se pela essencialidade e necessidade de extensão maior do que um exercício financeiro.

7.4 - Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se busca contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

7.5 - Importante ressaltar a necessidade de agrupamento dos itens de vigilância noturna e diurna, posto que não é vantajoso para a Administração a contratação de duas empresas distintas para a mesma localidade.

#### **08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

A solução encontrada pela Administração do TRF2 não é passível de parcelamento de objeto, tendo em vista tratar-se de prestação serviço continuado.

#### **09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

A contratação por meio de empresa especializada se apresenta como a alternativa para garantir a eficiência operacional, redução de custos e otimização de processos internos o que demonstra ser a melhor forma de aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

#### **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

Não há providências prévias a serem realizadas.

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

#### **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:**

Não há possíveis impactos ambientais provocados pela prestação dos serviços.

#### **13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Declaro que a contratação de serviços de segurança privada se mostra a forma mais adequada para atender os riscos e exigências específicas, considerando as particularidades do local e garantindo uma resposta eficaz a situações diversas, conforme as demandas e particularidades do ambiente a ser protegido existente neste Regional.



Documento assinado eletronicamente por **LUTER DA SILVA BEZERRA**, Técnico Judiciário, em 23/01/2025, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0366698** e o código CRC **04739253**.